

## ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DE EDUCADORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL (0 A 5 ANOS) ACERCA DA RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

ANALYSIS OF THE PERCEPTIONS OF EDUCATORS OF EARLY CHILDHOOD (0 – 5 YEARS OLD)  
REGARDING THE SCHOOL-FAMILY RELATIONSHIP

Caroline de Souza<sup>1</sup>

Marcia Cristina Argenti Perez<sup>2</sup>

**RESUMO:** Tendo em vista o interesse comum da família e da escola de introduzir os indivíduos aos conteúdos culturais existentes, entende-se a importância da relação entre essas instituições. O presente artigo tem como objetivo analisar as percepções de educadoras da Educação Infantil (0 a 5 anos) acerca da relação escola-família. A metodologia engloba estudos de pesquisas que versam sobre essa relação nesta etapa da educação, além de um estudo empírico com oito educadoras de uma instituição municipal de Educação Infantil do Estado de São Paulo. Os procedimentos utilizados foram observação participante e entrevista semi-estruturada com as educadoras. Os dados obtidos foram analisados com base no conceito de unidades significativas de Bardin (2016). Para compreender as percepções das educadoras, fez-se necessário também apresentar suas concepções sobre a instituição de Educação Infantil e sobre a família. Os resultados apresentam que ainda são necessários muitos avanços no interior de ambas as instituições para que a relação entre elas aconteça de forma a beneficiar o trabalho do educador e, conseqüentemente, trazer melhorias no desenvolvimento da criança. Concluímos que ambas precisam se voltar ao seu objetivo comum e estabelecer uma parceria para que superem juntas as dificuldades encontradas no trabalho com crianças dessa faixa-etária.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil; Relação escola-família; Educador.

**ABSTRACT:** Considering the common interest that both family and school have on introducing people to the existing cultural content, it's possible to understand the importance of the relationship between them. This article aims to analyze the perceptions of educators of Early Childhood Education (0 – 5 years old) about the school-family relationship. The methodology includes the study of researches that deal with such relationship in this stage of education. The procedures used were participant observation and semi-structured interview with the educators. The data obtained were analyzed based on the concept of significant units from Bardin (2016). To understand the perceptions of the educators, it was also necessary to show their conceptions about the Early Childhood Education institutions and about family. The results show that many advances are still necessary within the two institutions so that the relationship between them takes place in order to benefit the educator's work and, consequently, to bring improvements to children's development. We conclude that both institutions need to stick to their common goal and establish a partnership so

---

1 Graduada em Pedagogia (UNESP) e integrante do PET Pedagogia MEC UNESP. Pesquisadora estudante do GEPIFE – Grupo de estudos e pesquisas sobre Infância, Família e Escolarização (UNESP CNPq) na Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – São Paulo – Brasil.

2 Pedagoga (UNESP), Mestre e Doutora em Psicologia (USP), Pesquisadora e Docente do Departamento de Psicologia da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual. Líder do GEPIFE – Grupo de estudos e pesquisas sobre Infância, Família e Escolarização. UNESP- FCLAr - Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – São Paulo – Brasil.

that they overcome together the difficulties encountered in working with children of this age group.

**Keywords:** Early Childhood Education; School-family Relationship; Educator.

## INTRODUÇÃO

Os seres humanos, seres sociais e culturais, são formados no decorrer da vida, de acordo com as influências recebidas do meio no qual se inserem. Cada indivíduo se constitui por meio da cultura, valores, práticas, crenças e costumes da sociedade com a qual convive. Estes conteúdos culturais já estão prontos e, ao se apropriar destes, o indivíduo se torna igualmente parte dessa sociedade, sendo assim, a classe social influencia diretamente na educação e socialização recebida, uma vez que são os sujeitos deste ambiente de convivência que serão responsáveis pela transmissão destes conteúdos culturais. As principais instituições responsáveis por essa transmissão de conteúdos e, conseqüentemente, a inserção do indivíduo na sociedade, são a família e a escola (GOMES, 1993).

O presente artigo tem como objetivo analisar as percepções de oito educadoras e pedagogas de uma instituição de Educação Infantil municipal localizada no interior do Estado de São Paulo a respeito da relação escola-família no cotidiano das práticas e nas atribuições de papéis direcionadas para a educação de crianças. Para isso, buscou identificar as percepções das educadoras da faixa-etária de 0 a 3 anos sobre a função da creche e a função da família tanto na formação da criança quanto na relação escola-família no contexto da creche bem como as percepções das educadoras da faixa-etária de 3 a 5 anos sobre a função da pré-escola e a função da família no que diz respeito à formação da criança dessa faixa-etária e à relação escola-família no contexto da pré-escola.

A metodologia para a realização do presente estudo engloba estudos qualitativos fundamentados em autores que versam sobre a relação escola-família e sobre a Educação Infantil e análise de dados empíricos coletados em uma instituição municipal de Educação Infantil (0 – 5 anos) localizada no interior do Estado de São Paulo. A coleta foi realizada por meio de observação participante na instituição e entrevista semi-estruturada com oito educadoras, sendo quatro delas da creche e quatro da pré-escola. A fim de guardar a identidade das entrevistadas, foram utilizados neste estudo nomes fictícios para designá-las, sendo assim, correspondem à creche as educadoras Juliana, Marta, Roberta e Simone, e à pré-escola as educadoras Bárbara, Camila, Josiane e Natália. Os materiais coletados através da entrevista foram analisados a partir do conceito de categoria (unidades significativas) da Análise de Conteúdo de Bardin (2016).

A importância deste estudo se dá pela emergência das temáticas na formação docente e nos posicionamentos sobre a formação da criança, assim este artigo contribui para a compreensão a respeito da complexidade da relação escola-família, bem como para a amenização do movimento de culpabilização entre os educadores de cada uma das instituições. O presente estudo possibilita o conhecimento da infância em dois contextos diferentes, porém de extrema importância em sua vida (família e escola), a partir das percepções dos educadores na escola.

A relação entre estas instituições tem, de acordo com estudos (NOGUEIRA, 2006; SARAIVA-JUNGES; WAGNER, 2016) se mostrado cada vez mais presente, devido às mudanças ocorridas no interior de cada uma. Logo de início, podemos dizer que

a relação entre elas deve existir, já que ambas têm em si essa responsabilidade em comum, que deve ser, portanto, dialogada, de forma a promover uma continuidade de uma para com a outra.

A transmissão dos conteúdos culturais pela família e pela escola acontecem de maneiras diferentes entre si. A família, é o primeiro grupo com o qual a criança tem contato, e esta transmite padrões sociais a todo momento, mesmo quando não pensa que o está fazendo. Já a escola exerce essa influência de uma maneira considerada mais sistematizada no que tange ao desenvolvimento e aprendizado da criança. Isso se explica porque na escola a forma de trabalhar os conteúdos culturais se dá por uma programação específica de práticas e atividades, sendo estas planejadas com antecedência com base nas diretrizes educacionais (PEREZ, 2009). Esta instituição conta, portanto, com profissionais específicos, as atividades ocorrem em momentos planejados, visando à preparação do aluno para uma realidade futura.

Essa continuidade deve vir, assim, de forma a não causar um impacto muito forte na criança de ruptura entre o processo educativo informal (que se refere ao processo educativo advindo da família) e o processo educativo formal (proveniente da escola). Gomes (1993) explica que quando a escola não consegue realizar um trabalho que contenha ao menos algumas semelhanças com o processo educativo que é iniciado na família, a criança sofre um estranhamento que a impossibilita de se adaptar àquele novo tipo de educação e socialização. As atividades apresentam-se para a criança, sem sentido com o seu meio de inserção inicial.

Com as mudanças ocorridas no interior de cada uma das instituições, elas vêm sentindo a necessidade de se aproximar, para assim promover um desenvolvimento e aprendizado mais efetivo para as crianças. As famílias vêm sofrendo alterações ao longo do tempo, tanto no que diz respeito à sua estrutura quanto nas relações interpessoais, apresentando variações nos papéis desempenhados por cada membro e também mudanças no que concerne ao modo de enxergar e entender a criança, o sentimento das famílias para com a criança mudou, daí vem a necessidade de se aproximar da escola, pois sua expectativa é de prover aos filhos todas as oportunidades de melhoria de vida que pode, relacionando essas oportunidades à educação. Também a escola tem passado por mudanças durante os anos, de forma que tem encontrado a necessidade de se aproximar da família para pensar em novas formas de agir pedagogicamente, a fim de proporcionar atividades que tenham sentido e significado para a criança.

Apesar do frequente esforço de ambas as partes para tornar possível essa integração, ainda existem conturbações evidentes nessa relação, isso porque quanto mais mudanças se estabelecem dentro de cada uma, maiores se tornam as expectativas de uma para com a outra e, conseqüentemente, as cobranças.

## AS MUDANÇAS DA INSTITUIÇÃO FAMILIAR

A compreensão das dinâmicas ocorridas dentro da instituição familiar nos possibilita compreender seu simultâneo esforço e dificuldade para estabelecer uma aproximação com a escola. Autores explicam que a família nem sempre se apresentou da forma como conhecemos nos dias atuais, elas foram se adaptando frente às necessidades encontradas, sendo assim, percebemos mudanças em questão de

modelo família, estruturas, papéis sociais desempenhados em seu interior e sentimento para com a criança e a infância.

Durante os séculos XVI e XVII o modelo prevalecente era o de famílias compostas por diversos membros, baseadas em relações patriarcais, ou seja, o homem era o provedor, e tinha como responsabilidade proteger e sustentar todos os componentes. Em contrapartida, a mulher tinha como função cuidar da casa e dos filhos. As mudanças com relação ao papel de cada membro na família e, como consequência, de seu modelo, começaram a acontecer com as mudanças na situação econômica do país. Conforme aumentava a população e surgia uma diversidade de raças, as mulheres sentiam a necessidade de trabalhar para auxiliar no sustento da casa, além disso, as que possuíam prole natural passavam a ser responsáveis pela chefia da família (SAMARA, 2002).

As mudanças ocorreram também na estrutura e composição das famílias, de forma que não se encontram, atualmente, apenas famílias formadas por casais heterossexuais. Moreira (2013) aponta que as famílias estão classificadas nas seguintes categorias: nuclear simples, monoparental feminina simples, monoparental masculina simples, monoparental feminina extensa, monoparental masculina extensa, nuclear extensa, família convivente, família nuclear reconstituída, família de genitores ausentes, família nuclear com crianças agregadas, família colateral e família homoparental. A autora ressalta, entretanto, que não se trata de uma listagem definitiva pois podem se alterar no decorrer da história, como já apresentado que tem ocorrido. Essa diversidade nos mostra a necessidade de que a sociedade se desprenda da ideia enraizada da existência de um modelo ideal. É imprescindível, portanto, de acordo com Oliveira (2009), que a sociedade e, principalmente os profissionais que trabalham diretamente com famílias, compreendam as famílias como são, e se desfaçam de julgamentos e preconceitos.

Outra mudança dessa instituição, que se pode perceber com clareza, está no sentimento para com a criança e a infância. Houve o aparecimento de um sentimento afetuoso e cuidadoso que, segundo Nogueira (2006), acarreta um significativo desenvolvimento e diversificação do papel educativo da família. A responsabilidade de socialização da criança torna-se prioridade da própria família, diferente do que ocorria antes, e assim, a autoridade até então existente entre os membros, começa a se dissolver e ser substituída pela igualdade, sendo assim, a concepção de respeito passa a ser outra. De acordo com Perez (2009), os pais, ao perceberem que os filhos refletem os acertos e erros de suas práticas educativas, adquirem certa preocupação em inseri-los da melhor maneira possível na sociedade, atribuindo ao conceito de sucesso de vida, uma boa educação e escolarização.

A expectativa dos pais com relação ao sucesso dos filhos cresceu, surgiu o desejo de proporcionar-lhes um futuro melhor e com mais oportunidades, e acreditam que para garantir isso, devem garantir seu acesso à educação e que esta seja a melhor possível. Entretanto, com essa expectativa de que os filhos sucedam no futuro, os pais desenvolveram também um medo de falhar com eles, além do receio de assumir as responsabilidades por tais erros, quando estes acontecem. Este motivo é um dos que ocasiona a dificuldade em estabelecer uma relação branda com a escola, pois os pais acabam atribuindo à escola a responsabilidade de cuidar de aspectos na vida da criança que não lhes cabem, aspectos que deveriam ser preocupações da própria família.

Na Educação Infantil, vemos essas expectativas atreladas, principalmente, às necessidades básicas da criança.

Sob essa ótica, no que tange às expectativas na Educação Infantil, ao deixar os filhos na escola, a família almeja que eles sejam observados, estimulados, acompanhados, avaliados, além de confiar os cuidados com alimentação, higiene, repouso e até mesmo, cuidados referentes à saúde física e emocional. (PEREZ, 2012, p.16).

O que se percebe é que existe uma grande dificuldade em adaptar-se à inserção de uma nova rotina na vida das crianças. Os pais estão, até então, acostumados a ter a criança por perto a todo momento e saber tudo o que acontece, tornando-se doloroso, portanto, adaptar-se à separação, não só para os pais como também para as crianças, afinal neste momento, o que está em jogo são os sentimentos e os vínculos estabelecidos entre eles.

Um outro desconforto que traz implicações na relação escola-família está na discrepância de vocabulário das famílias e dos professores, e isto se dá principalmente com as famílias das classes populares, pois há uma disparidade entre a forma de comunicação de ambas. Os professores tendem a falar com um vocabulário mais profissional, que os pais desconhecem. Esse não entendimento do que está sendo comunicado, faz com que os professores se sintam incompreendidos. Por outro lado, os pais se sentem inferiores, porque não conseguem manter uma relação de igualdade, não se sentindo confortáveis para estabelecer uma comunicação com os docentes (GOMES, 1993).

É possível vermos também uma diferença nítida entre as concepções e valores de cada classe social ao estabelecer uma relação com a escola, pois ao receberem qualquer alerta dos professores, os pais de classes populares já atribuem a culpa aos filhos, enquanto os pais de classe média defendem os filhos a todo custo, atribuindo a culpa sempre à escola (GOMES, 1993).

Assim, percebemos que falta também para a relação entre família e escola, a comunicação de uma para com a outra de uma forma acessível para que os pais tenham conhecimento da função da escola e do trabalho ali exercido com as crianças, para que assim possam exigir o que, de fato, lhes são prioridade, ou seja, aquilo que a escola realmente está encarregada de suprir.

## AS MUDANÇAS DA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil vem ganhando cada vez mais espaço para investimento no Brasil e é direito da criança de 0 a 5 anos, reconhecido por lei, o acesso à educação. Este direito foi alcançado por meio de incansáveis lutas de intelectuais, militantes e movimentos sociais (KRAMER, 2006). Entretanto, as escolas de Educação Infantil nem sempre se apresentaram da forma que são hoje, com os mesmos objetivos, destinadas ao mesmo público.

A primeira etapa da Educação Básica é composta pela creche e pré-escola, sendo que a primeira engloba a educação para crianças de 0 a 3 anos, e a segunda se destina à educação de 3 a 5 anos e ambas as etapas têm por finalidade cuidar e educar, proporcionando o desenvolvimento pleno das crianças dessa faixa-etária.

Inicialmente, encontra-se a Educação Infantil com a finalidade exclusiva de cuidar e de abrigar as crianças, de tirá-las daquela realidade que poderia contaminá-las (KUHLMANN JR., 2015), portanto, apresentava caráter puramente assistencialista, pouco se importando com questões de qualidade de atendimento ou de educação em si. O que essas instituições tinham como objetivo era preparar a criança para o futuro que já lhe estava destinado, e não prover meios para que ela refletisse sobre formas de mudar sua condição social.

As creches foram, aos poucos, adquirindo o seu caráter educacional, pois discutia-se e lutava-se para que tivessem um projeto educacional, a fim de oportunizar o desenvolvimento e boa educação das crianças. Entretanto, Kuhlmann Jr. (2015) ressalta que mesmo com o aparecimento da creche como ambiente também educacional, não se deve atribuir culpa ao assistencialismo, ambos devem andar juntos na Educação Infantil. O cuidar e o educar são indissociáveis, pois no interior da instituição sempre há algum tipo de educação, assim como é necessário cuidar das crianças desta faixa-etária.

Bem como as creches, as pré-escolas também passam por esse processo de mudanças, de maneira que surgem, inicialmente, conforme Kramer (1988), com o intuito de solucionar os problemas de evasão e reprovação, porém se destinavam às crianças das classes mais abastadas, de forma que não resolvia o problema, uma vez que não atendia o público alvo deste contratempo.

Mais adiante, Kramer (1988) explica que essas instituições passam a ser voltadas ao atendimento das crianças das classes populares, tendo como objetivo suprir as carências afetivas, culturais e deficiências linguísticas. Nessa concepção, a escola funciona como um grande depósito, que decorre de uma demanda das mães trabalhadoras que precisavam de um local para manter os filhos enquanto trabalhavam, entretanto, o grande problema por trás deste tipo de educação está em pressupor a pobreza das crianças, assumindo que devem suprir os cuidados que não recebem na família. Isso legitima o preconceito ideológico que perpetua até os dias atuais na sociedade. Além disso, representa um retrocesso por transformar o direito da criança à educação em um privilégio para a mãe trabalhadora.

Em seguida, surge ainda uma ideia de se pensar a educação com objetivos em si mesma, levando em consideração o meio físico, social, cultural e econômico de cada criança. Entretanto, o que aconteceu foi que a pauta se apresentou como um problema que a escola nem sequer é capaz de solucionar, como a baixa renda das famílias e a desigualdade social (KRAMER, 1988). Ou seja, o problema não foi resolvido, como ainda foi agravado, por entrar em um âmbito que não diz respeito à escola solucionar.

Segundo Kramer (1988), é importante que se pense em uma pré-escola com função pedagógica, pois nesta instituição deve haver ensino. Este, entretanto, deve ser pensado especificamente para o contexto pré-escolar, considerando-se a faixa-etária das crianças. A pré-escola deve ser considerada parte de toda a Educação Básica, como uma etapa que envolve o conhecimento sistematizado e planejado dos conteúdos científicos. O professor, neste trabalho, deve ter conhecimento da realidade e dos conhecimentos já internalizados pelo aluno, entretanto este conhecimento não pode determinar todo o trabalho do professor, aprisionando suas ações. Para que seja possível que o educador da Educação Infantil pense em ações pedagógicas apropriadas para a faixa-etária com a qual trabalha, é preciso,

primeiramente, que ele entenda a criança como ser social que é, levando em consideração que cada criança ali presente é um sujeito histórico e social que faz parte de determinada sociedade e é, por ela influenciado e que também age no mundo em que vive à sua maneira.

Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e são nela produzidas. Esse modo de ver as crianças favorece entendê-las e também ver o mundo a partir do seu ponto de vista. A infância, mais que estágio, é categoria da história: existe uma história humana porque o homem tem infância (KRAMER, 2007, p. 15).

O excerto acima explicita que ao se compreender a criança como ser social, torna-se mais fácil entender sua forma de existência, de ver o mundo e, conseqüentemente, viabiliza ao professor o entendimento de como a criança aprende.

Percebe-se que apesar de ainda haver algumas questões a serem pensadas no que diz respeito a estes níveis da educação, muitos avanços já foram conquistados. Atualmente, é possível enxergar que a busca por alternativas críticas tem trazido tanto a visão da criança como ser social quanto a intensificação das lutas pelos direitos à educação das crianças (KRAMER, 2006). Encontramos esses direitos afirmados na Constituição de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente e ainda na LDB de 1996, e conforme explicita as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), estas instituições devem ter objetivos a cumprir com as crianças, sendo eles:

[...] garantir à criança acesso aos processos de apropriação, renovação, articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (MEC, SEB, 2010, p. 18).

Assim, podemos ver explícito a indissociabilidade entre o cuidar e o educar e o compromisso estabelecido a essas instituições para com a criança e suas especificidades. Essa indissociabilidade está também afirmada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que ressalta que tanto as creches quanto as pré-escolas devem atrelar o cuidado e a educação em suas práticas pedagógicas, explicando que ao fazê-lo o objetivo deve estar em ampliar o desenvolvimento da criança, suas habilidades e conhecimentos.

A Educação Infantil está repleta de mudanças não só no que diz respeito ao seu interior e suas funções, mas também em questão das suas formas de agir para favorecer o desenvolvimento da criança.

Nessa incansável busca por formas de promover um desenvolvimento pleno às crianças de 0 a 5 anos, mudanças ocorreram tanto nas práticas quanto na forma de se relacionar com a criança e com as famílias. A postura da escola para com a família dos alunos também mudou e isso aconteceu devido às alterações ocorridas dentro de cada uma das instituições e da necessidade de se pensar juntamente com os pais, quais práticas poderiam ser efetivas para proporcionar o desenvolvimento e aprendizagem das crianças, que nesta faixa-etária demandam não só cuidados essenciais, como também atividades de desenvolvimento cognitivo.

Os conteúdos escolares, apesar de se apresentarem e serem ensinados de maneira distinta do conhecimento informal com o qual o aluno já está acostumado, deve apresentar alguma semelhança com o conteúdo aprendido na família, ou seja, deve ter similaridade com a realidade do aluno. Para isso, é necessário que os docentes e a instituição tenham conhecimento da cultura dos alunos, pois quando esse conhecimento não se faz presente, os professores realizam suas práticas seguindo seus próprios padrões idealizados. Como esses padrões não fazem sentido para o aluno, eles muitas vezes fracassam, ou seu desenvolvimento se estagna. Diante disso, é comum encontrar profissionais da educação atribuindo a culpa à criança e à família, entretanto, esta atitude explicita um despreparo profissional acerca das diversidades culturais (PEREZ, 2009).

Em se falando sobre padrões idealizados, temos ainda muito fortemente na escola a concepção da existência de um modelo ideal de família, há uma relutância na sociedade em geral para aceitar e compreender a diversidade de famílias. As famílias das mais diversas composições vêm adquirindo seu espaço na sociedade e devem ser compreendidas em suas particularidades e complexidades, bem como contempladas nas atividades escolares e no que tange à sua inserção nesse meio institucionalizado. Portanto, os profissionais que têm contato direto com a família têm o desafio de aprender a conviver com a diferença, de acordo com Moreira (2013), livrando-se da ideia de modelo ideal, e devem agir com igualdade. Isso se aplica na escola porque além de lidar com as famílias, os profissionais ainda estão em contato diariamente com as crianças, que trazem em si a essência familiar, seus costumes e práticas exercidos nesse local.

Além disso, são enfrentadas outras situações que impedem essa relação de acontecer sem distúrbios, como por exemplo o fato de que, por vezes, a escola opta por manter os pais distantes por terem a concepção de que se estiverem muito envolvidos, trarão problemas, e assim, segundo Gomes (1993), recorrem aos pais somente quando necessitam de ajuda financeira ou para a organização de eventos. Perez (2009) também discorre sobre esse equívoco e relata que é frequente que a escola entre em contato com os pais em situações apenas de problemas disciplinares ou de dificuldades de aprendizagem. Frente a esses casos, muitas vezes os professores apenas relatam os problemas aos pais e esperam que eles resolvam, e quando a solução não aparece, acabam por julgá-las como famílias desinteressadas. Isso representa uma percepção equivocada por parte dos docentes, de considerarem que a família é a única responsável por encontrar soluções para os problemas escolares das crianças.

Por tais motivos acima explicitados, a escola busca com mais frequência, conforme Nogueira (2006), conhecer e entender melhor o aluno, sua realidade e sua família, porque dessa forma, torna-se possível pensar e realizar práticas pedagógicas que promovam o sucesso escolar do aluno, ou seja, seu desenvolvimento e sua aprendizagem.

Na Educação Infantil, faz-se presente a necessidade de encontrar práticas pedagógicas que se encaixem para a infância, e este é um desafio que se tenta cada vez mais solucionar, pois atualmente, percebe-se na escola frequentemente a visão da criança estritamente como “aluno”, perdendo-se de vista o seu eu infantil. As atividades propostas pouco levam em consideração as especificidades da faixa-etária à qual se atende, e o lúdico, muitas vezes, cai ao esquecimento. Isto é preocupante,

pois o educador da instituição de Educação Infantil deve propor atividades que sejam condizentes com o nível de escolarização da criança e, principalmente, com a sua faixa-etária, atividades que promovam o desenvolvimento. É importante que o professor deste nível da educação compreenda que a principal forma de aprendizagem da criança pequena está no lúdico, nas brincadeiras. Através das brincadeiras a criança apreende com mais facilidade e com mais qualidade do que por meio de uma quantidade exacerbada de conteúdos.

Conceitualmente, do ponto de vista da corrente psicológica Histórico-Cultural, a “atividade principal” não é a atividade que ocupa a maior parte do tempo da criança, mas aquela em que se desenvolve a origem das mudanças qualitativas na psique infantil [...] Vigotski (2001) defende a brincadeira, do conjunto de atividades que a criança realiza, como a atividade que promove as mais significativas influências no desenvolvimento da personalidade infantil e em sua formação psíquica (PEREZ, 2012, p. 19).

Tendo em vista essas considerações, o educador deve estar ciente das especificidades das crianças com as quais está trabalhando para que consiga propor atividades que sejam condizentes e que façam com que seu desenvolvimento avance. Para que isso se torne possível, não basta que o professor apenas proponha brincadeiras. É importante que o professor saiba selecionar aquelas que propiciam o desenvolvimento da criança de acordo com cada faixa-etária, e que a preencha de intencionalidade. O professor deve ser mediador durante as brincadeiras, possibilitando à criança novas formas de refletir sobre suas ações. Ou seja, o educador deve não só valorizar o brincar, mas também saber trabalhar-lo e ensina-lo às crianças, atentando-se às formas de fazê-lo, para que não o deixe altamente didatizado até que perca seu valor. A importância dessa intencionalidade no ato educacional é também trazida pela BNCC, que deixa claro que o professor deve planejar as atividades previamente, dotando-as de intencionalidade, mediar durante a aplicação e refletir sobre sua prática tanto durante quanto depois da aplicação, a fim de identificar sua significância para as crianças (BRASIL, 2017).

A escola vem, dessa forma, tentando estabelecer uma relação com a família para que possam, juntos, pensar em maneiras de superar as dificuldades encontradas no caminho do ensino e cuidados para com as crianças dessa etapa da educação.

## AS PERCEPÇÕES DE EDUCADORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL (0 - 5 ANOS)

Ao nos deparar com esta trajetória da escola relacionada à sua função e ao estabelecimento de um vínculo com as famílias, consideramos importante compreender as percepções das educadoras sobre a relação-família escola. Sendo assim, além da observação participante, realizamos uma entrevista semi-estruturada com oito educadoras da Educação Infantil (0 a 5 anos), sendo quatro da creche e quatro da pré-escola, em uma mesma instituição municipal de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Percebemos que para identificar como se dava essa relação estabelecida por elas, precisaríamos identificar também suas concepções acerca da instituição de Educação Infantil e da família, para que isso nos proporcionasse uma base para compreender como elas pensam esse vínculo entre ambas as instituições. Sendo assim, na entrevista as questionamos tanto sobre o âmbito escolar quanto o

familiar, quais as influências de cada um no desenvolvimento da criança e a relação entre os dois.

**Quadro 1.** Caracterização das educadoras da Educação Infantil (creche e pré-escola).

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Formação</b>	<b>Ano de formação</b>	<b>Função atual</b>	<b>Tempo de atuação na função atual</b>
Juliana	27	Graduação em Pedagogia	2015	Agente Educacional	5 anos
Marta	63	Ensino Médio (supletivo)	1993	Agente Educacional	28 anos
Roberta	53	Ensino Médio (supletivo)	2002	Agente Educacional	14 anos
Simone	50	Licenciatura em Ciências Biológicas	1999	Agente Educacional	26 anos
Bárbara	55	Magistério	1984	Professora Substituta	7 anos
Camila	53	Graduação em Pedagogia e Pós-graduação em Psicopedagogia	Graduação: 2008 Pós-graduação: 2012	Professora da 4ª e 5ª etapas na Educação Infantil	26 anos
Josiane	47	Graduação em Pedagogia e Pós-graduação em Psicopedagogia	Graduação: 2005 Pós-graduação: 2007	Professora da 3ª etapa na Educação Infantil	20 anos
Natália	35	Graduação em Pedagogia	2006	Professor da 4ª etapa na Educação Infantil	10 anos

Elaboração própria.

Ao analisar a tabela com a caracterização das educadoras, podemos perceber a desvalorização ainda existente quanto ao trabalho do professor da Educação Infantil, uma vez que nem todas as educadoras são formadas em Pedagogia e quando são, não são contratadas como pedagogas, e sim como agentes educacionais. Percebemos este fato ocorrendo principalmente no trabalho com crianças de 0 a 3 anos, pois todas as educadoras são contratadas como agentes educacionais e apenas uma delas possui graduação em Pedagogia. Isto contribui para a perpetuação da ideia que a Educação Infantil para a faixa-etária de 0 a 3 anos (creche) se vincula ao caráter assistencialista, pois não mostra consideração pela contratação de pedagogos para a realização de um trabalho direcionado com essas crianças, ou seja, não valoriza a importância de um profissional específico para o trabalhar o desenvolvimento dessa faixa-etária. Nota-se também que não há essa rigorosidade pela exigência de formação para quem atua com crianças pequenas, pois muitas delas exerciam a função antes mesmo de estarem formadas. A educadora Juliana trabalhava na

função dois anos antes de se formar em Pedagogia. A educadora Marta, três anos antes de se formar no supletivo e Simone, sete anos antes de se formar em uma outra graduação. A professora Camila, da pré-escola, já trabalhava como professora 16 anos antes de estar formada em Pedagogia e Josiane, sete anos antes.

Primeiramente, nos debruçamos a analisar suas percepções sobre a instituição de Educação Infantil, e pudemos identificar que elas consideram como função principal dessa instituição cuidar e educar, entendendo que ambos são indissociáveis. As educadoras Marta, Simone e Natália deram ênfase ao fato de que essa instituição deve proporcionar o desenvolvimento da criança em seus mais amplos aspectos, indo ao encontro do que os documentos destinados à Educação Infantil (Brasil, 2010, 2017) preveem para esse nível da educação. Todas afirmaram que a Educação Infantil é uma parte da educação básica, que tem função pedagógica e é responsável pelo conhecimento científico, mostrando reconhecimento de que a instituição é uma escola, que proporciona o ensino de conhecimentos sistematizados.

Destacaram também que nesta etapa, a criança está descobrindo o mundo em que vive e a si mesma, e que por isso tudo deve ser ensinado. Elas esclareceram que o ensino para este nível deve ser feito de acordo com as especificidades das crianças com as quais trabalham, ressaltando que os conteúdos devem ser inseridos e trabalhados nesta etapa, porém de forma lúdica, levando em consideração como a criança aprende. Mostraram compreender que as crianças dessa faixa-etária (0 a 5 anos) aprendem com mais facilidade por meio de brincadeiras, e ressaltaram que estas devem ser ensinadas e possuir um objetivo e estar dotadas de intencionalidade. Essa concepção de que o brincar é fundamental para o aprendizado das crianças dessa idade, vai ao encontro das ideias apresentadas por Perez (2012) de que a brincadeira promove influências no desenvolvimento da criança.

Além da questão do ensino, as educadoras teceram comentários também relacionados à importância de suprir as necessidades básicas da criança. Ressaltaram que no momento de cuidados com a criança, estão também ensinando, assim, mostraram a compreensão de que todo ato é educativo e promove algum tipo de ensino à criança, compactuando com as ideias apresentadas por Kuhlmann Jr. (2015) de que tanto o cuidar quanto o educar devem estar presentes no trabalho com crianças dessa faixa-etária.

As educadoras comentaram também sobre o quão importante é essa instituição, por proporcionar à criança um contato com o mundo diferente daquele aprendido na família, por se tratar de um local de interação e convivência social distinto daquele que já está acostumada. Assim, elas afirmaram que o papel do educador na Educação Infantil é de ensinar tudo e transformar todos os momentos em situações de aprendizagem, ser mediador nas brincadeiras e relações que as crianças estabelecem no ambiente escolar e ter objetivos claros para todas as ações para que elas se concretizem com sentido e significado para as crianças. Enfatizaram também que para que esse trabalho se realize com eficiência, é necessário que haja continuidade com os conteúdos aprendidos nas famílias, pois assim, o aprendizado acontecerá com mais facilidade. Essas concepções apresentadas pelas educadoras vão ao encontro do que se afirma em estudos (Gomes, 1993; Perez, 2009, 2012; Brasil, 2010, 2017) a respeito da importância da mediação do professor, da diferença entre os âmbitos escolar e familiar e da necessidade de continuidade entre os conteúdos de ambas.

Apesar de demonstrarem compreender que a Educação Infantil deve promover o ensino, em seus exemplos, se direcionaram majoritariamente aos cuidados básicos. Isso se mostrou frequente, principalmente, entre as educadoras da creche (0 – 3 anos). Vimos presente ainda, dentre essas educadoras, a ideia de que não podem exercer o ensino dentro da instituição por não serem formadas em Pedagogia. Destacamos para exemplificar este caso a fala da educadora Roberta: “... com meus exemplos e ensino eu to educando. Então não é só o cuidar, eu to educando, é a parte pedagógica... não, que a parte pedagógica é com as professoras” (Trecho retirado da entrevista com a educadora Roberta, 53 anos, 2018). De certa maneira, o trecho destacado nos mostra a percepção da educadora de que para se trabalhar com crianças é necessário ter formação, pois elas demandam atenção e cuidados específicos. Ela entende que é necessário ter uma preparação específica para lidar com crianças pequenas.

Percebendo a ideia de algumas educadoras desta faixa-etária de que não podem exercer a função pedagógica da instituição por não serem formadas e a presença do caráter assistencial mais forte nas falas dessas educadoras, tomamos a decisão de questionar às professoras de 3 a 5 anos o que elas enxergam como semelhanças e diferenças entre a creche e a pré-escola, pois para as educadoras da creche, claramente existe uma diferença entre uma e outra, e essa diferença se encontra na formação profissional, implicando diretamente no ensino, uma vez que consideram que sem a formação não podem estar ensinando as crianças.

Com as respostas, pudemos identificar que existe uma divisão entre as concepções das educadoras da pré-escola, pois algumas ainda enxergam a creche como correspondente ao assistencialismo e a pré-escola destinada ao ensino do conhecimento sistematizado, enquanto outras entendem que a Educação Infantil é um todo que compõe a educação básica, não enxergando, portanto, diferenças entre uma e outra ou ainda consideram que as diferenças existentes não deveriam existir, pois nas duas o ensino e o cuidado se fazem presentes.

A professora Josiane considera que ambas são diferentes, em sua fala afirma que a creche é assistencialismo e a pré-escola trabalha os conteúdos do Ensino Fundamental, porém de forma lúdica. Essa concepção da professora apresenta equívocos, pois além de associar a creche ao assistencialismo, como era antigamente concebida, traz também a ideia de que a pré-escola tem como função adiantar os conteúdos a serem aprendidos na próxima etapa, o que contradiz o que é afirmado nas DCNEI:

Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental (BRASIL, 2010, p. 30).

A professora Bárbara apresenta uma ideia de que a creche se caracteriza pelo caráter assistencial, pois afirma que não consegue enxergar a instituição como creche, pois em “nenhuma das idades você tem o trabalho somente de cuidador, de cuidar da criança, você tá sempre trabalhando no desenvolvimento integral da criança” (Trecho retirado da entrevista com a professora Bárbara, 55 anos, 2018). Por meio dessa fala, a educadora apesar de demonstrar compreender que em toda

faixa-etária a criança aprende e se desenvolve, inicialmente aponta que não concebe o local como uma creche, atribuindo a esta o trabalho exclusivo de cuidados essenciais.

A professora Camila, diferente das ideias apresentadas até então, percebe que a única diferença entre elas se encontra na formação dos profissionais, dizendo que em sua concepção, desde o berçário deveriam ser contratados professores. Sua afirmação se conecta à colocação realizada por Roberta, pois apesar de ocorrerem em sentidos diferentes, ambas tratam de alguma forma da importância da formação profissional para se trabalhar com crianças pequenas, e nos mostram o quanto é necessário que a profissão do pedagogo seja reconhecida, pois desde as etapas mais iniciais da Educação Infantil, a criança demanda de cuidados e ensino que precisam ser realizados com intencionalidade, para que seu desenvolvimento aconteça de maneira plena, portanto, é necessário um profissional preparado para a função.

Natália afirma que em sua concepção a creche e a pré-escola não deveriam ter diferenças e ressalta que não acredita que deveria haver essa divisão no interior da Educação Infantil.

Na realidade não era pra ter diferença nenhuma [...] Eu acredito que a criança, ela aprende desde que nasce né, ela tá aprendendo com os pais, ela aprende no berçário, então se você, é igual Vigotski fala, se você conseguir é... proporcionar esse desenvolvimento através da mediação, através de objetos que você pode tá aí auxiliando esse desenvolvimento, desde o berçário, olha o quanto que a criança vai se desenvolver até chegar na 5ª etapa né, então a gente não pode perder os processos né, sempre tá estimulando a criança desde o berçário até a pré escola (Trecho retirado da entrevista com a professora Natália, 35 anos, 2018).

Assim, por sua colocação, Natália nos mostra a compreensão de que o professor deve ser mediador e, principalmente, de que a educação acontece não só no ambiente escolar. Além disso, mostra também compreender que a educação realizada na Educação Infantil promove o desenvolvimento da criança e a prepara, mas que deve ter uma finalidade em si mesma, ou seja, deve proporcionar à criança o que ela necessita de aprendizados para aquela etapa de sua vida.

Quando nos voltamos a analisar como as educadoras concebem a família e sua função, identificamos que, de maneira geral, todas consideram que a família é a base para a formação da criança. Elas consideram que a função desta instituição está tanto em promover o desenvolvimento afetivo quanto em promover estímulos. Destacam ainda que o papel da família é primordial, pois é ali que a criança tem contato com a primeira educação, é onde aprendem o caráter, limites, respeito, moral. Contudo, mostraram muito forte a ideia de que a criança pouco tem chances de aprender na família por passar um tempo exacerbado na escola ou porque os pais não conseguem impor regras e limites, deixando para a escola essas questões, reforçando o movimento de culpabilização da família pelo não aprendizado das crianças.

Em meio a essas ideias, Bárbara destaca que o meio cultural no qual essa família está inserida influencia no aprendizado, isso nos mostra que ela compreende que cada criança traz consigo para a escola, um pouco de sua família, pois cada uma vem de um local diferente, com costumes e culturas diferentes. Camila ressalta também que a criança aprende tudo aquilo que a família faz, que nessa idade a

imitação é muito importante para o desenvolvimento, e que, portanto, os atos familiares devem ser condizentes com o que se espera desse ser em desenvolvimento.

As educadoras afirmaram perceber que são poucos os pais que se mostram interessados nos avanços cognitivos das crianças nessa etapa, ou nem mesmo compreendem que as atividades realizadas promovem o desenvolvimento. Entretanto, uma fala da educadora Camila se destaca no que diz respeito a como trabalha com as famílias a fim de fazer com que compreendam o avanço das crianças, pois vai ao encontro dos estudos realizados por Perez (2012) de que é importante estabelecer uma proximidade com os pais a fim de apresentar o que ocorre dentro da instituição:

Eu acho que a primeira reunião é a chave de tudo né... porque você mostra o teu trabalho, mostra o que a escola desenvolve, então quando eles veem aquilo, quando eles não têm a perspectiva de “nossa isso aqui é uma escola”, a partir desse momento eles começam a perceber isso. [...] isso foi depois que eu voltei a me formar novamente, entendeu? Então eu tenho argumento teórico [...] eu to em busca dessa melhora, e cada vez que eu estudo mais eu percebo que, quando eu vou debater tanto com pai, tanto com a coordenadora, com meus amigos, com a diretora, eu tenho a base teórica e isso me embasa muito, e os pais percebem isso, eles percebem (Trecho retirado da entrevista com a professora Camila, 52 anos, 2018).

A professora mostra a importância da formação profissional para o embasamento teórico de suas ações e também para a transmissão do que está sendo realizado na escola. Ela entende que os pais somente compreenderão os avanços dos filhos, se forem informados das atividades realizadas e seus objetivos. Percebemos a importância que a professora dá em inserir a família na escola, explicando o que é desenvolvido.

Quando por fim, adentramos no tema relação escola-família, as educadoras formadas em Pedagogia confirmaram que estudaram o tema em sua formação inicial e também aprenderam com os exemplos que viram e vivenciaram durante a experiência profissional. As educadoras formadas até o Ensino Médio ou em outra graduação afirmaram que apesar de não terem estudado a respeito ou de não se lembrarem de ter estudado, sempre buscam cursos e participam de formações para se manterem atualizadas a respeito do assunto, se preparando da melhor forma para conseguirem estabelecer uma relação entre as instituições. Além disso, afirmaram que sempre estudam a respeito da relação escola-família nos HTPC's, fazendo estudos de textos e compartilhando experiências.

Todas as educadoras definem que possuem uma boa relação com as famílias de seus alunos e ressaltaram que aproveitam o tempo de entrada e saída das crianças para conversar com os pais, fortalecerem essa relação e informar sobre o que aconteceu no dia. Isso vai ao encontro do que se explicita como importante para o estabelecimento da relação entre a escola e a família no âmbito da Educação Infantil:

No universo da instituição de Educação Infantil, no que diz respeito às relações entre os contextos, verificamos práticas relacionadas ao processo de adaptação que envolvem sentimentos diversos, não só da criança como também da família, pela separação e insegurança com a distância e a nova rotina da família, tendo a criança no universo institucionalizado. Outras oportunidades de inter-relações são os contatos informais, principalmente, na entrada e saída das crianças, com conteúdos relacionados ao controle da rotina e do comportamento infantil (PEREZ, 2012, p. 17).

Com o presente excerto e as colocações das educadoras, podemos perceber que cada momento com a família deve ser aproveitado para instrução, principalmente na Educação Infantil, pois muitas famílias não conhecem a verdadeira função da instituição e o trabalho ali desempenhado.

Por fim, buscamos identificar o que as educadoras entendem como pontos positivos e como pontos negativos na relação escola-família. De forma geral, a maior parte das educadoras disse que enxerga mais pontos positivos do que negativos.

As educadoras afirmaram que consideram positivo o fato de que a família vem se fazendo cada vez mais presente no ambiente escolar e que a escola vem conseguindo se adequar para recebê-los. Elas comentaram que consideram positivo que as famílias se mostrem mais participativas, que tragam sugestões. Percebemos pela análise que as educadoras entendem a importância de aproximar as famílias da escola.

[...] a escola também exerce função educativa junto aos pais, discutindo, informando, aconselhando, encaminhando os mais diversos assuntos, para que família e escola, em colaboração mútua, possam promover a educação integral da criança. Concordando com os ensinamentos de Paro (2000), objetivar o aprendizado do aluno implica acordo com os educandos, tornando-os sujeitos do processo, como também, com seus familiares, estimulando-os a participarem do convívio escolar, mostrando-lhes a importância dessa participação e das ações da escola pública na promoção da cidadania (PEREZ, 2012, p. 16 – 17).

Como pontos negativos, as educadoras relataram que sentem que as famílias vêm deixando a criança cada vez mais como responsabilidade das entidades escolares e que muitas vezes, desvalorizam seu trabalho, considerando-as mais como babás do que como educadoras, o que ainda se associa muito à uma visão da instituição de Educação Infantil com caráter assistencialista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que, de maneira geral, as concepções das educadoras ainda se baseiam em um caráter assistencial da Educação Infantil. Percebe-se ainda mais forte essa concepção de assistencialismo na Educação Infantil entre as educadoras da faixa-etária de 0 a 3 anos. Entre as educadoras da faixa-etária de 3 a 5 anos, essa ideia se dá de forma mais reduzida, entretanto, ainda existem alguns resquícios.

É possível perceber que as educadoras ainda tentam atribuir certa culpabilização à família quanto ao desenvolvimento e comportamento das crianças, ao invés de rever as práticas e pensar junto com as famílias em como superar os desafios existentes na educação de crianças dessa faixa-etária. Falta, portanto, uma visão dos familiares como parceiros, contando com eles para a tarefa de promover o desenvolvimento integral dessas crianças.

Ainda existem muitas questões a serem trabalhadas para que a relação escola-família aconteça com mais naturalidade, entretanto, pode-se dizer que já se fazem presentes diversos avanços dentro da instituição, afinal as educadoras, cada vez mais, percebem e compreendem a importância da Educação Infantil e de seu papel na educação de crianças de 0 a 5 anos.

Em suma, o caráter da Educação Infantil é pedagógico e deve ser concretizado e compreendido tanto pelos profissionais da instituição quanto pelas famílias. Com o esclarecimento dessa função da instituição e do papel do educador, a relação entre escola e família poderia acontecer com mais fluência, pois uma saberia os limites de exigências e expectativas para com a outra. Ambas devem ser parceiras para então conseguirem propor atividades condizentes com as singularidades das crianças e superar os desafios encontrados na educação dessa faixa-etária.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**/Secretaria de Educação Básica – Brasília: MEC, SEB, 2010.
- GOMES, J. V. **Relações Família e Escola – Continuidade/Descontinuidade no Processo Educativo**. São Paulo: FDE, 1993, p. 84 – 92.
- KRAMER, S. A infância e sua singularidade. In: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. 2. ed. Brasília: MEC, SEB, 2007, p. 13 – 23.
- KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é Fundamental. **Educ. soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96 – Especial, p. 797 – 818, out. 2006.
- KRAMER, S.; ABRAMOVAY, M. O Rei está Nu: Um Debate sobre as Funções da Pré-Escola. In: SOUZA, S. J.; KRAMER, S. **Educação ou tutela? A criança de 0 a 6 anos**. São Paulo: Loyola, p. 21-33, 1988.
- KUHLMANN JR., M. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. 7. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.
- MOREIRA, M. I. C. **Novos rumos para o trabalho com famílias**/ Maria Ignez Costa Moreira. – São Paulo: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2013.
- NOGUEIRA, M. A. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação & Realidade**, vol. 31, núm. 2, jul./dez. 2006, p. 155 – 170.
- OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. (2- Família contemporânea, p. 65 – 108).
- PEREZ, M. C. A. Família e escola na contemporaneidade: fenômeno social. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 4, n. 3, 2009, p. 1 – 16.
- PEREZ, M. C. A. Infância e escolarização: Discutindo a relação família, escola e as especificidades da infância na escola. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v.8, n.12, p. 11 – 25, jan./jun. 2012.
- SAMARA, E. M. **O que mudou na família brasileira? (Da colônia à atualidade)**. São Paulo: Psicologia USP, vol. 13, n. 2, 2002.
- SARAIVA-JUNGES, L. A.; WAGNER, A. Os estudos sobre a Relação Família-Escola no Brasil: uma revisão sistemática. **Educação**, Porto Alegre, vol. 39, núm. esp. (supl.), s114-s124, dez. 2016.